

EDUCAÇÃO INCLUSIVA IGUALDADE E QUALIDADE

Ana Paula de Almeida Posso

Graduação em Pedagogia e Arte

almeidaanapossos2208@gmail.com

André Secundo de Azevedo

Graduação em Pedagogia

azevedo.rh@gmail.com

Leandro Aparecido Meneghin Gomes

Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Inglesa

leandro.gomes@educacaoararas.sp.gov.br

Maria José Sperandio

Graduação em Pedagogia

mazespe@gmail.com

Natália Cristina Octávio de Moraes

Graduação em Pedagogia

nacmoraes1@outlook.com

Tatiana Candido do Nascimento

Graduação em Letras ou Pedagogia

taticandido25@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho aborda a valorização da diversidade na educação inclusiva. A Educação inclusiva tem sido um caminho importante para abranger a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça uma proposta ao grupo como um todo ao mesmo tempo em que atenda às necessidades de cada um, principalmente àqueles que correm risco de exclusão em termos de aprendizagem e participação na

sala de aula. Nessa perspectiva a função da educação inclusiva é de favorecer a aprendizagem, servindo de medidor entre a pessoa e o mundo, alicerçando o desenvolvimento. O presente trabalho parte de uma revisão bibliográfica e também com análise descritiva onde objetiva-se descrever a educação nos dias atuais e seus caminhos. Perante este conclui-se que a educação inclusiva é indispensável nos dias atuais, devendo haver aprimoramento de todos os envolvidos e o emprego do incluir sem preconceito

Palavras-chave: Diversidade – Educação Inclusiva – Sem preconceito.

ABSTRACT

This paper addresses the importance of diversity in inclusive education. Inclusive education has been an important path to encompass diversity by building a school that offers a proposal to the group as a whole while meeting the needs of each individual, especially those at risk of exclusion in terms of learning and participation in the classroom. From this perspective, the function of inclusive education is to promote learning, serving as a measure between the person and the world, underpinning development. This paper is based on a bibliographical review and also a descriptive analysis that aims to describe education today and its paths. In view of this, it is concluded that inclusive education is essential today, and that there must be improvement for all those involved and the use of inclusion without prejudice.

Keywords: Diversity – Inclusive Education – Without prejudice.

1 INTRODUÇÃO

Inclusão e diversidade são temas que povoam as discussões na área educacional na última década. Embora haja uma estreita relação entre as duas temáticas não significa que, ao se discutir a inclusão na educação, sejam realizados na sociedade, debates sobre a diversidade de grupos que se encontram à margem

do processo social, expropriados dos direitos que são garantidos por lei, a todos os cidadãos, independente de suas diferenças individuais.

O presente estudo busca compreender os rumos da implementação da política inclusiva por meio da confrontação do discurso oficial com as práticas sociais. A história da educação especial no Brasil está marcada pela exclusão social e educacional, entende-se que garantir o direito à educação das pessoas com deficiência é um processo complexo e que exige ações políticas de diferentes dimensões. A reflexão sobre as diretrizes, materiais e documentos do Programa Educação inclusiva: direito à diversidade a partir dos depoimentos de gestores de um município-polo permitiu levantar algumas questões relacionadas ao modo como a política inclusiva está sendo implantada.

As aulas, em uma perspectiva inclusiva, precisam ser planejadas com atividades que facilitem a interação dos alunos com necessidades educacionais especiais e os demais, de forma que todos possam participar e o conhecimento seja proporcionado de forma equitativa.

Nesse sentido, o presente projeto tem como objetivo geral compreender a escola como espaço de inclusão para a diversidade.

A educação seja direito de todos, independente de cor, sexo, raça ou condições físicas e a partir desse fato, tem-se a intensificação das discussões sobre o processo de inclusão, assim como construir uma educação mais democrática que permita a todos estarem presentes em sala de aula, tendo acesso a um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

2 DESENVOLVIMENTO

A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas é o primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado sempre que necessário.

Todavia são atendidas pessoas com universos e características diferentes sendo alunos com deficiência física, sensorial, mental, múltipla, dificuldade de aprendizagem, superdotados e os ditos “normais”, onde cada um possui suas particularidades, o docente deverá estimular a dignidade, promover o respeito e a

ética, oportunizar espaço, oferecer criatividade e liberdade de expressão, para que possa haver um desenvolvimento, uma educação correspondente ao esperado, na perspectiva do direito de toda a educação, ou seja, inclusão social.

Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário, com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as pessoas, indiferente da faixa etária, sem distensão.

A noção de desenvolvimento está atrelada a um contínuo de evolução, ao longo de todo o ciclo vital. Essa evolução se dá em diversos campos da existência, tais como afetivo, cognitivo, social e motor. Pela interação social, aprendemos e nos desenvolvemos, criamos novas formas de agir no mundo, ampliando nossas ferramentas de atuação neste contexto cultural complexo que nos recebeu, durante todo o ciclo vital. O esforço pela inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais no Brasil é a resposta para uma situação que perpetuava a segregação dessas pessoas e cercava o seu pleno desenvolvimento.

Até o início do século 21, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de serviços: a escola regular e a escola especial - ou o aluno frequentava uma, ou a outra. Na última década, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os alunos, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem, oferecem a educação inclusiva.

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos, ocorre a inclusão, ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos e o aperfeiçoamento e a capacitação do educador.

No Brasil, a regulamentação mais recente que norteia a organização do sistema educacional é o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao ensino superior); realiza o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

O PNE considera público alvo da Educação especial na perspectiva da Educação inclusiva, educandos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades.

Quando o aluno apresentar necessidade específica, decorrente de suas características ou condições, poderá requerer, além dos princípios comuns da Educação na diversidade, recursos diferenciados identificados como necessidades educacionais especiais (NEE). O estudante poderá beneficiar-se dos apoios de caráter especializado, como o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, no caso da deficiência visual e auditiva; mediação para o desenvolvimento de estratégias de pensamento, no caso da deficiência intelectual; adaptações do material e do ambiente físico, no caso da deficiência física; estratégias diferenciadas para adaptação e regulação do comportamento, no caso do transtorno global; ampliação dos recursos educacionais e/ou aceleração de conteúdos para altas habilidades, conforme as suas necessidades relacionadas a deficiência.

“Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não escondê-la. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos” (FREITAS, 2015, p.145).

FREIRE (2016) descreve que, a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver problemas independentemente, e o nível de desenvolvimento proximal, demarcado pela capacidade de solucionar problemas com ajuda de um parceiro mais experiente. São as aprendizagens que

ocorrem fazem com que a criança se desenvolva ainda e aprenda mais, esta definição conhecida com Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

Trabalhar com a estimativa das potencialidades da criança que, para tornarem-se desenvolvimento efetivo, exigem que o processo de aprendizagem, que os mediadores e as ferramentas estejam distribuídas em um ambiente adequado (CARVALHO, 2015).

Não focalizar o que a criança aprendeu, mas sim o que ela está aprendendo o caminho. A inclusão tem exigido propostas político pedagógicas inovadoras que estimulem as diferenças individuais e assegurem oportunidades iguais aos alunos.

Sua concepção instiga a educação a criar oportunidades para que a compensação social efetivamente se realize de modo planejado e objetivo, promovendo o processo de apropriação cultural por parte do educando com deficiência. A maior carência no atendimento das crianças com deficiência é um desconhecimento de suas capacidades e limites e de seus caminhos para a aprendizagem

Se pensar em aprendizagem como um processo do indivíduo para a aquisição de competências e habilidades que torne possível e prazeroso seu funcionamento e interação com mundo ao seu redor, podemos dizer que os distúrbios ou problemas de aprendizagem ocorrem quando essa competência não é atingida.

Por isso as dificuldades de aprendizagem podem ser causadas por problemas físicos, por problemas neurológicos, por problemas afetivos emocionais ou por problemas pedagógicos. As deficiências e nela a deficiência mental é frequente em qualquer sociedade do que qualquer outra deficiência. A Deficiência Intelectual, refere-se ao funcionamento do intelecto especificamente e não ao funcionamento da pessoa como um todo.

Uma das características do sujeito com deficiência intelectual é a significativa limitação do funcionamento na área intelectual e o reconhecimento do atraso desta área, permite elaborar e desenvolver um trabalho que atenderá suas peculiaridades e limitações. Quanto mais precoce for detectado o quadro da deficiência, maiores serão as possibilidades de a pessoa receber as ajudas e apoios necessários para a sua adaptação global de suas necessidades e dependências. É necessário compreender como se processa este tempo, de como se dá o amadurecimento das estruturas cognitivas e de como elas poderão ser potencialmente trabalhadas.

É importante ressaltar a existência de dificuldades na apreensão de conceitos abstratos, bem como para generalizar e transferir os comportamentos e saberes adquiridos para novas situações.

Segundo FREITAS (2015, p.146):

“Alguns alunos com deficiência mental são capazes de assimilar os conteúdos curriculares referentes ao ensino fundamental, reúnem condições suficientes para adaptar-se socialmente através da atuação independente na comunidade e estão aptos a adquirir formação profissional que lhes garanta o sustento, total ou parcial, na vida adulta. Outros apresentam condições de desenvolver o domínio das habilidades linguísticas básicas, são competentes para obter sucesso no processo de aquisição de leitura e de escrita, e outros ainda, são capazes de cuidar de si próprios e para protegerem-se de perigos comuns e possuem condições para ajustarem-se e serem úteis, social, e economicamente, no lar e na comunidade, auxiliando em tarefas caseiras, trabalhando em ambientes especiais ou mesmo realizando atividades rotineiras, sob supervisão.”

A eficácia da aprendizagem, para o educando com deficiência, depende do desenvolvimento de estratégias cognitivas e metas cognitivas que possibilitem ao aluno: Planejar e monitorar o seu desempenho escolar; Regular suas ações, isto é, favorecer as tomadas de consciência dos processos que utiliza para aprender e a adoção de decisões apropriadas sobre as estratégias que devem ser utilizadas em cada tarefa; Auto avaliar seu desempenho, alterando estas estratégias quando não produzirem os resultados desejados.

É de suma importância a presença constante e efetiva do professor, uma vez que este deve ser um observador, orientador, mediador e avaliador na construção do conhecimento a ser elaborado pelo aluno. A aprendizagem dar-se-á na relação de troca e interação entre ambos, e não o professor como o detentor do saber e o aluno como um mero receptor (CARVALHO, 2015).

É imprescindível que haja uma ampla e profunda compreensão de suas potencialidades e dificuldades. A avaliação, no contexto escolar, deverá envolver todos os profissionais da escola, que direta ou indiretamente atuam com o aluno, tendo como objetivo o estabelecimento de uma proposta pedagógica e implementação de atividades a serem desenvolvidas, durante o processo de ensino e aprendizagem que estejam em consonância com as necessidades educacionais especiais do sujeito.

O contexto familiar; compõe a rede de apoio como a instituição primeira e significativamente importante para a escolarização dos alunos. É a fonte de

informações para o professor sobre as necessidades específicas da criança. É essencial que se estabeleça uma relação de confiança e cooperação entre a escola e a família, pois esse vínculo favorecerá o desenvolvimento da criança.

A Constituição de 1988 afirma que “a educação é direito de todos e dever do estado e da família”, devendo ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (art. 205). Para uma inclusão efetiva é preciso: Parceria entre família, escola e instituição especializada; Apoio das instâncias públicas.

O processo de avaliação envolve as habilidades intelectivas, adaptativas, afetivo-emocionais, físicas e de saúde e as condições ambientais, visando determinar o nível e a intensidade dos apoios que se fizerem necessários para os alunos prosseguirem, com êxito, no processo educativo, de desenvolvimento e de aprendizagem (FREIRE, 2016).

MELETTI (2019), afirma que a inteligência se constrói mediante a troca entre o organismo e o meio, mecanismo pelo qual se dá a formação das estruturas cognitivas. O organismo com sua bagagem hereditária, em contato com o meio, perturbam-se, desequilibra-se e, para superar esse desequilíbrio e se adaptar, e constrói novos esquemas.

Para atender uma proposta de avaliação, onde se considere o sujeito e seu ambiente, faz-se necessário considerar os seguintes objetivos (CARVALHO e DENARI):

- Conhecer para intervir, de modo preventivo, sobre as variáveis identificadas como barreiras para a aprendizagem e para a participação;
- Conhecer os procedimentos e instrumentos de avaliação, como subsídios à prática pedagógica;
- Contribuir para o desenvolvimento global do aluno e para o aprimoramento das instituições de ensino;
- Identificar potencialidades e necessidades educacionais dos alunos e das condições da escola e da família;
- Identificar os elementos que intervêm no processo de ensino e aprendizagem e, quando necessário, rever as práticas pedagógicas.

Isto coloca o professor sob o liame de uma constante busca quanto ao aprimoramento das estratégias avaliativas, de modo que estas estejam sempre em

consonância com as necessidades educacionais especiais, na busca de superação das barreiras, visando uma aprendizagem eficaz.

Para a realização da avaliação, do aluno com deficiência intelectual, sugere-se uma avaliação contínua, possibilitando o acompanhamento do processo acadêmico, mediante utilização de instrumentos estruturados, adaptados e diversificados, como produção grafo motores espontâneos entre outras.

É imprescindível que o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente. É necessário fazer com que o aluno seja impulsionado a ler, falar, contar, pensar, escrever, dançar, sintetizar.

Atualmente, a inclusão é um assunto muito discutido no Brasil e segundo o dicionário Aurélio (2010), o termo significa integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade: políticas de inclusão. Assim, na presente pesquisa, a ênfase se volta para a escola como um espaço de inclusão.

No contexto educativo, a palavra inclusão compreende um movimento educacional, mas também social e político que luta para defender o direito de todos os envolvidos no processo de ensino de forma consciente e com responsabilidade e respeito, mesmo que algum aluno apresente alguma diferença em relação aos demais. Isso significa que, independente da diferença apresentada, seja ela física ou intelectual, a escola precisa acolher oferecer um ensino de qualidade a todos, dando oportunidade de desenvolverem e potencializarem suas competências. Não obstante, essa perspectiva é essencial para que todos tenham o direito de exercer sua cidadania com dignidade, levando em conta os deveres, interesses e qualidades.

Sobre a educação inclusiva, OLIVEIRA (2020, p.37) ressalta:

“A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade.”

A inclusão visa uma equidade educativa, na qual todos os alunos têm oportunidade, a partir das adequações e adaptações curriculares que se fizerem necessárias, de forma a garantir o conhecimento e desenvolvimento por meio de oportunidades iguais, com metodologias diferenciadas, sem discriminação e sem prejuízo ao ensino-aprendizagem. Por isso as escolas devem estar atentas para promover a reorientação metodológica para que de fato aconteça a inclusão. Nesse sentido, concorda-se com MELETTI (2019, p.658), ao afirmar que:

“A necessidade de reordenamento das escolas comuns para que todos os estudantes venham ter o direito de aprender parte do princípio de que as unidades escolares precisam ser ambientes socialmente reorganizados para a mediação dos processos de apropriação dos conhecimentos elaborados na interface com a diversidade/diferença humana, defesa essa sustentada pelos pressupostos da inclusão social/escolar que simboliza um movimento ético, político e pedagógico que defende a ideia de que nenhuma pessoa pode ser discriminada na escola/sociedade e a ela negado o usufruto dos vários direitos sociais, aqui em destaque o direito à educação.”

A luta pela inclusão está além da inserção de alunos com deficiência no ambiente de ensino regular, pois o foco principal além de incluir estas crianças, a escola deve estar preparada para receber, promover a permanência, passar o conteúdo de forma que ele chegue com qualidade para todos os alunos, independente da sua dificuldade e fazer com que eles participem com êxito do processo de ensino-aprendizagem.

O trabalho em conjunto pode trazer muitos benefícios para todos os envolvidos na educação podendo ser refletidos no ambiente escolar e fora dele, como descreve TESSARO (2015. p.189):

“Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de acordo com valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social.”

Nessa perspectiva, OLIVEIRA (2020, p.37), corrobora que historicamente, a escola se constituiu em um espaço de exclusão. Isso adveio de um processo no qual o ambiente escolar se entupiu de formalidade e racionalidade, oferecendo o ensino como uma prestação de serviços com grades curriculares cheia de burocracia. Com o surgimento da proposta de inclusão, visando romper com a estrutura

organizacional, buscou-se saídas para que a escola se voltasse para o seu principal objetivo, ou seja, formar e promover a cidadania a todos que dela participem.

RODRIGUES (2017) defende que a inclusão chegou para mudar o formato educacional para se encaixar em uma nova proposta chamada educação especial numa perspectiva inclusiva. A partir desse momento começou a transição da educação tradicional, na qual o ensino era voltado para os alunos que não apresentavam necessidades específicas. A princípio, essa ideia causou uma resistência entre os educadores que alegavam não ter preparo para receber alunos com deficiência ou com necessidades educacionais específicas, havendo então a contestação da implantação desse formato inovador.

Quanto às primeiras propostas sobre a educação inclusiva, o contexto educativo passava por um momento delicado, no qual as metodologias apresentavam sinais de esgotamento. Com a implantação desta proposta educacional encontrou neste novo formato de ensino um momento oportuno de transformações, principalmente ao se considerar que não bastava ter o aluno com necessidades educacionais especiais em sala de aula, sem qualquer mudança no currículo para que fosse, de fato, incluído no processo educativo. Tal perspectiva é perceptível nos estudos de PINHEIRO e BAUMEL (2016, p.22), os quais reforçam que:

“Os documentos, em seu conjunto, apontam conhecimentos e aptidões necessárias para o professor, afim de que se alcance uma boa pedagogia. Pensaríamos que tais cuidados e procedimentos incluem: a capacidade de avaliar as necessidades especiais, de adaptar conteúdos para programas de estudos, de programar o uso da tecnologia informatizada, de saber individualizar procedimentos pedagógicos quando houver tal demanda e, complementando a ação educativa, articular o trabalho especializado em conjunto com especialistas e pais.”

Para GADOTTI (2022), na educação inclusiva o ensino deve acontecer sem exceções e exclusões, levando em consideração que cada aluno já tem algum conhecimento em sua bagagem, possuem experiências e vivência e que cada um deles é capaz de aprender, levando em consideração que o aprendizado para cada indivíduo acontece no seu tempo e de forma específica. Nesse sentido, o professor deve ser para seus alunos uma figura motivadora acreditando que todos são capazes e deixando-os motivados para nunca desistirem.

As salas de aula sempre atenderam um público bem diversificado, mesmo antes de ser inclusivo, com alunos de várias classes sociais, raças, etnias, com dificuldades de aprendizagem, limitações físicas ou intelectuais, entre outros. Por sua vez, a educação em uma perspectiva inclusiva aumentou ainda mais a demanda por um público mais heterogêneo trazendo para os espaços escolares, os alunos que eram atendidos nos centros especializados de ensino.

Mediante o processo inclusivo, os professores precisaram manter sempre um olhar atento, de forma que o conhecimento estivesse ao alcance de todos, pois é notório que as dificuldades que fazem parte da rotina das crianças refletem em seu desempenho escolar. Tal premissa é perceptível no trecho do livro “saberes e prática da inclusão” do Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial (2005).

De acordo com EDLER CARVALHO (2021), a diversidade encontrada nas salas de aula brasileira é gigantesca, por isso o cuidado que os educadores devem tomar quando for planejar suas aulas deve ser minucioso para não deixar nenhum aluno excluído da aula, isto é, fazer com que todos participem do processo de ensino-aprendizagem.

A educação numa perspectiva inclusiva foi um grande marco no desenvolvimento das políticas públicas de ensino, pois no momento em que foi proposto esse modelo educacional, o ensino estava precisando ser reinventado para melhor atender os estudantes; estava faltando motivo para despertar nos educadores a necessidade de buscar aprimoramento para trazer mais qualidade ao ensino proposto. Assim, concorda-se com NERI et al (2023, p.114), o qual afirma que o processo educativo da escola inclusiva, também é social.

“Na escola inclusiva, o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. A escola inclusiva deve ser entendida como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal.”

Ressalta-se que o princípio fundamental da inclusão é acolher de forma mais justa os alunos com deficiência que eram excluídos do convívio social escolar, os quais estudavam em um centro de ensino especializado somente para este público.

As escolas de ensino regular, que já atendiam algumas crianças com necessidades educacionais especiais passaram a receber todos os alunos, independentemente da sua necessidade ou especificidade. Aos poucos eles foram sendo incluídos e recebidos por todas as escolas, embora com alguma resistência por parte dos professores. Ainda que com menor evidência, a realidade escolar, principalmente das escolas públicas, demonstra que nem sempre os instrumentos educativos realmente colaboram com a inclusão. Para MANTOAN (2023, p.88):

“Diante das realidades das escolas públicas, detecta-se que ainda há muitas lacunas no que diz respeito ao atendimento adequado com instrumentos que venham realmente incluir o indivíduo no processo de ensino e também de aprendizagem, não basta estar dentro da sala de aula para ser incluído. A escola precisa pensar como incluir o aluno para que o mesmo tenha aprendizagem, que é um direito dele. A inclusão contrapõe-se a todo e qualquer tipo de discriminação, e nessa perspectiva é preciso que a escola reavalie todos os seus conceitos, em busca de uma educação que respeite a heterogeneidade. Todavia, esta é uma tarefa árdua para uma instituição que se acomodou com a padronização, excluindo de seu espaço qualquer forma de diversidade.”

A escola inclusiva tem como objetivo garantir o acesso e permanência de todos os alunos como direito garantido, tendo como proposta a igualdade de oportunidades e valorização das diferenças humanas, valorizando cada vez mais a cultura, as práticas e as políticas internas que regem a escola.

As escolas recebem um diversificado público com vários tipos de necessidades educacionais especiais, por isso, há uma obrigação de capacitação contínua de todos os envolvidos com o ensino para atender a todos. Segundo NERI et al (2023, p.114):

“A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista.”

Com a implantação da educação inclusiva todos os educandos têm seu direito de acesso e permanência reservado independente de suas condições físicas, intelectuais, entre outras. A escola deve reconhecer a diversidade do seu público e não ter preconceito contra as diferenças e promover um ensino que garanta a aprendizagem como um todo.

Ressalta-se que as instituições educativas precisam se tornar ambientes socioculturais, considerando, efetivamente, um privilégio e não simplesmente uma

obrigação em receber um público diversificado com acolhimento e preparo, valorizando as potencialidades diversas dos alunos. Nesse sentido, compreende-se que a educação inclusiva também precisa se fundamentar nos pilares educativos. Essa ideia também é firmada por MANTOAN (2023, p.88):

“Para isso, a educação tem por base quatro pilares: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a ser. Firmar a educação inclusiva em todos esses pilares é garantir que a aprendizagem de crianças e jovens com deficiência aconteça por meio das várias possibilidades de desenvolvimento que podemos encontrar na escola.”

A escola deve promover o respeito mútuo e não ter medo de se reinventar para atender a demanda do seu momento; o planejamento das atividades a serem trabalhadas deve ser feitas com muito cuidado e respeito atendendo as especificidades dos alunos, para que de fato a inclusão aconteça e seja significativa.

Do ponto de vista de GADOTTI (2022), para enfrentar esses desafios no ambiente de trabalho a primeira etapa é recriar o modelo educativo voltado para todos, reorganizar pedagogicamente as escolas abrindo espaço para o diálogo, solidariedade, criatividade, aceitar e aprimorar o espírito crítico por todos os colaboradores da escola, visto que estas habilidades são fundamentais para o princípio da cidadania.

Ao professor, cabe garantir ao aluno tempo e liberdade para que o mesmo aprenda e se desenvolva e não fica reprovado no final do ciclo. Ainda para o autor RODRIGUES (2017) a escola deve promover aos professores a formação continuada, o aprimoramento e a valorização do mesmo para que se tenham condições e estímulos para ensinar a todos.

Dessa forma, a escola que reconhece e valoriza as diferenças promove projetos inclusivos de educação e trabalha com um formato de ensino diferenciado para atender as especificidades dos educandos que não consegue acompanhar os colegas de turma, através da adaptação dos currículos, facilitação de atividades e acompanhamento nos programas de reforço para aprendizagem (CARVALHO e DENARI, 2016).

Toda escola, para atender a perspectiva da inclusão precisa se diferir por transmitir um ensino de qualidade capaz de formar cidadãos que tenha o mínimo de condições em atender a demanda que o mercado exige. Uma sociedade evoluída

engajada em projetos humanitários, além de proporcionar o ensino científico e de qualidade a todos.

EDLER CARVALHO (2021) defende que o sucesso do aprendizado está em explorar talentos, instigar o aluno e ter autonomia e ao mesmo incentivar a capacidade de produzir de cada um, para isso, reconhecer limitações é importante, mas não deve ser vista como restrição para o aprendizado. Para que o conhecimento aconteça para todos sem diferenciar o que vai ser ensinado é entender que a diferenciação é feita pelo aluno ao desenvolver as atividades propostas e nunca pelo professor na maneira de ensinar. O professor deve conduzir sua aula naturalmente ensinando sem preconceitos, transformando a escola como um espaço de inclusão e diversidade.

3 CONCLUSÃO

A concretização da política de educação inclusiva só ocorrerá com a participação e posicionamento político de seus envolvidos, professores, pais, alunos, gestores e comunidade interessada. Não basta o direito legal, é necessário iniciá-lo para fazê-lo efetivo.

O tema tratado neste trabalho assim como muitos outros é fundamental para entendermos como a escola é importante na vida dos indivíduos, pois nela se reforçam valores passados pelos pais e se constroem mais, nela a diversidade é trabalhada de forma natural, porque ela é um ambiente heterogêneo e isso a torna um espaço de partilha de culturas, de ideias, valores e crenças.

Outro ponto crucial na educação inclusiva é a formação de professores, seja inicial ou continuada, a formação dos professores deve considerar que a escola não é um lugar homogêneo, a diversidade de condições, seja material, afetiva, cognitiva, física, sócia e outras estão presente no dia a dia da sociedade brasileira e faz-se necessário aprender na convivência com o diferente.

As escolas inclusivas são de fundamental importância para crianças portadoras de algumas deficiências bem como para as crianças dita “normais”. Contudo faz-se que a sociedade civil organizada esteja à frente da luta por

educação com igualdade e equidade para todos, não só eles como a população, pois a educação é um direito de todos sem distinção de raça, cor, gênero e etnias.

A Educação Inclusiva exige a tomada de posição e a escolha de um lado. Nesse caso, uma opção curricular voltada para a criação constante de uma nova cultura escolar que se torna a expressão e a prática de uma verdadeira escola democrática. Para que a escola possa ser um lugar onde as pessoas aprendam a ser “pessoas” é preciso superar visões patológicas da deficiência que limitam os sujeitos e legitimam os discursos de exclusão.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a Educação Especial**. ed.3. Editora Medicação. Porto Alegre, 2015.

CARVALHO, M. P. R; DENARI, F. E. **Educação especial: diversidade de olhares**. ed.3. Editora Pedro e João. São Carlos, 2016.

EDLER CARVALHO, Rosita. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. ed.5. Editora Medicação. Porto Alegre, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. ed.6. Editora Paz e Terra. São Paulo, 2016.

FREITAS, S. N. **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais**. ed.3. Editora UFSM. Santa Maria, 2015.

GADOTTI, M. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. ed.12. Editora Graal. Juiz de Fora, 2022.

MANTOAN. M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** ed.5. Editora Moderna. São Paulo, 2023.

MELETTI, S.M.F. **Educação escolar da pessoa com deficiência mental em instituições de educação especial: da política à instituição concreta**. ed.2. Editora EDUSP. São Paulo, 2019.

NERI, M. *et al* **Diversidade: retratos da deficiência no Brasil**. ed.8. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2023.

OLIVEIRA, D. A. **Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza**. ed.6. Editora Vozes. Petrópolis, 2020.

PINHEIRO, M. L. S; BAUMEL, R. C. R. C. **Educação especial, do querer ao fazer.** ed.5. Editora Avercamp. São Paulo, 2016.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. ed.1. Editora Summus. São Paulo, 2017.

TESSARO, N.S, Inclusão escolar. **A educação de professores e alunos da educação regular e especial.** ed.5. Editora Casa do Psicólogo. São Paulo, 2015.